

ATA DE REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PISCICULTURA E PESCADORES

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2010, às 10 horas, na sede do Clube Recreativo Ortigueirense, reuniram-se as seguintes instituições: UEL, CPT, CECS, ASSOCIAÇÃO SALTO MAUÁ, CPHTB, MPF e DPU. Inicialmente o coordenador da Câmara Técnica, Dr. Paulo Sergio Sena, deu início a instalação da Câmara Técnica de Piscicultura e Pescadores, informando quais as entidades inscritas na referida Câmara. Na sequência o Dr. Sena esclareceu que o ponto principal a ser estudado nessa Câmara Técnica é a existência e a comprovação do dano, considerando que até o momento não existe nenhum estudo técnico que comprove um dano efetivo causado aos pescadores pelo empreendimento UHE Mauá. O Dr. Akira fez um breve histórico sobre a primeira reunião com os pescadores ocorrida fora do âmbito da Câmara Técnica. O Dr. Akira concordou que Câmara Técnica deve se encarregar de produzir estudos que embasem o pagamento de uma eventual indenização através da comprovação do dano. Sugeriu que essa Câmara Técnica agregue também a ictiofauna. O representante da UEL professor Mario Orsi, sugeriu que a questão da piscicultura seja tratada na Câmara Técnica de Uso Múltiplo do Reservatório, pois segundo ele seria impossível a criação de peixes em água pública. Foi questionado sobre o prazo para normalização da quantidade de peixes no reservatório. O representante da UEL esclareceu que segundo sua experiência em reservatórios os peixes que se adaptam facilmente em águas paradas tem condições de repovoar o reservatório, porém as espécies de corredeiras não retornarão. Esclareceu ainda que o comportamento das comunidades de peixes não pode ser previsto, e deverá ser acompanhado e analisado. O professor Mario Orsi afirmou que a UEL já tem alguns estudos quantitativos e qualitativos sobre a questão dos peixes do Tibagi. O Dr. Sena informou também que CECS contratou o LACTEC que já vem acompanhando e estudando há pelo menos 6 meses a população dos peixes, porém os estudos ainda não foram concluídos. O Dr. Akira propôs que o LACTEC e a COPEL apresentem seus estudos na próxima reunião da Câmara Técnica de Piscicultura e Pescadores. O Sr. Jairo, representante da CPHTB, questionou a diferença entre o valor da verba de manutenção dos pescadores que foi acordado na reunião anterior e o valor efetivamente recebido. O Dr. Sena afirmou que o valor pago foi o valor do salário mínimo nacional, e não do regional, por uma equiparação do CECS à situação estabelecida pelo Ministério da Pesca, que já paga o mínimo nacional nos períodos de defeso. O Dr. Akira expressou seu entendimento de que esse valor deve ser reavaliado pelo CECS e as diferenças repassadas aos pescadores. O Dr. Sena assumiu o compromisso de reavaliar essa questão junto a Superintendência do CECS. Foram entregues na reunião os documentos dos senhores Divino Joaquim e Manoel Rodrigues para análise e eventual recebimento da verba de manutenção. O Dr. Sena esclareceu que o CECS já reconhece a condição de pescador de todos aqueles inscritos no Ministério da Pesca. Os demais casos não reconhecidos pelo Ministério serão analisados pelo CECS num prazo de aproximadamente 10 dias a partir da entrega dos documentos. Foi sugerido que aqueles que comprovarem a condição de pescador tenham o direito a receber os valores retroativos, de forma equivalente àqueles já reconhecidos. O Dr. Sena não concordou com o pagamento retroativo, tendo em vista que os interessados já tiveram oportunidade de apresentar seus documentos ao CECS anteriormente. Foi acordado que o termo inicial para fins de pagamento será a entrega dos documentos pelos interessados. O Dr. Akira propôs que sejam chamados os signatários da Ação Civil Pública dos pescadores, para solicitar a entrega da documentação para fins de recebimento da verba de manutenção paga pelo CECS. O Sr. Jairo e o Sr. Florisvaldo ficaram responsáveis por contatar os pescadores que não estão recebendo a verba de manutenção e orientá-los sobre a necessidade de apresentação dos documentos. O MPF propôs que aqueles que já se apresentaram na Ação Civil pública também tenham direito ao recebimento das 7 parcelas que serão recebidas pelos pescadores cadastrados pelo Ministério da Pesca. As representantes da CPT e MPF farão uma reunião com os pescadores na segunda-feira, dia 31 de maio, às 10 horas, na sede da CPHTB, que será acompanhada por um representante do CECS. O Sr. Florisvaldo e o Sr. Jairo comprometeram-se a entrar em contato com os Srs. Edson Luiz Cardoso e Jurandir de Lima Schneider para que recebam os cheques da VMT. A próxima reunião ficou agendada para dia 14 de junho de 2010, as 10 horas, no Clube Recreativo Ortigueirense. Será sugerido na reunião do GEM a alteração do nome dessa Câmara Técnica para "Ictiofauna e Pescadores". Foi definido que antes da próxima reunião da Câmara Técnica será realizada em Londrina um reunião entre os técnicos do LACTEC e da Uel. Os pescadores pleitearam como medida compensatória a construção de uma sede na beira do reservatório que comporte os 26 pescadores. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual eu, Luciana Maranhão, secretária "ad hoc", lavrei a presente ata.